

Parte 2 - Vertentes diferenciadas do comportamento judaico brasileiro

2º capítulo - O diálogo inter-religioso: uma via de mão dupla

Eu e tu: diálogo plural

Hélio Albuquerque

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALBUQUERQUE, H. Eu e tu: diálogo plural. In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 622-625. ISBN: 978-85-7982-018-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

2º CAPÍTULO

O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: UMA VIA DE MÃO DUPLA

Eu e tu: diálogo plural

Hélio Albuquerque¹

No mundo globalizado de hoje, a interdependência entre os povos e as nações é uma realidade evidente e palpável. Hoje, nenhum povo, nenhuma nação vive isolada.

Nessa grande sociedade humana inter-relacional se dá uma forte tensão entre participar da convivência com o outro, por um lado, e, por outro, manter a própria identidade. É uma tensão entre o “Eu” e o “Tu”: “eu” preciso me relacionar, mas mantendo a minha própria identidade, enquanto devo esperar, sinceramente, que o outro deseje e precise manter e expressar a própria identidade.

Existe nesse inter-relacionamento humano a possibilidade da ocorrência de duas posições limites: de um lado a *intolerância*, que pode levar à guerra; de outro, o *diálogo*, que tende a levar à paz. Na intolerância, dá-se a tentativa de impor ao outro a própria identidade ou de a defender diante do outro.

O diálogo tem sido identificado pelo espírito humano como o melhor caminho para levar à paz e à convivência fraterna entre os povos. Prova disso foi a proclamação, pela ONU, do ano de 2001 como “O Ano Internacional do Diálogo entre as civilizações”.

No que tange a essa paz tão desejada pelos povos, mormente no momento atual em que a violência irrompe por toda a parte, vem ao caso a tese defendida, há alguns anos, por um teólogo católico, o Pe. Huns Kung,

no sentido de que *não haveria paz no mundo sem uma paz entre as religiões*². Por isso, H. Kung defende a necessidade de uma ética – para além da doutrina filosófica e religiosa – sobre os valores e as normas que devem orientar as nossas decisões e ações; isto porque a convivência humana não subsiste sem o mínimo que seja de um consenso fundamental, no que tange a valores, normas e posturas que tornem possível a existência de uma comunhão maior e de uma convivência melhor³. Huns Kung lembra que a tese histórico-cultural, defendida há poucas décadas, de que a religião estaria no fim ou em extinção, evidencia-se como falsa: nem a humanidade ateuista de Feuerbach, nem o socialismo ateuista de Marx e tampouco a ciência ateuista de Freud ou Russell conseguiram substituir a religião. Hoje, ao contrário, fala-se antes em uma era pós-ideologias do que em uma era pós-religiosa⁴. As religiões, portanto, não podem ser consideradas como algo do passado, mas sim como realidades psíquica e socialmente vivas. Por sinal, isto se constitui em uma característica fundamental da pós-modernidade⁵.

E esse diálogo inter-religioso, indispensável para a promoção da paz, não pode ser solto, ou seja, sem o embasamento normativo da própria religião: não se pode entrar no *diálogo* abdicando-se da própria fé, nem

² H. Kung se embasa nas conclusões da Conferência Mundial das Religiões em Favor da Paz, realizada em Quioto, no Japão, em 1970, que expressou o que poderia ser uma “ética das religiões mundiais a serviço da sociedade mundial”, mediante alguns pontos que a pregação das diversas religiões têm em comum. São eles: “a convicção acerca da unidade fundamental da família humana, da igualdade e da dignidade de todas as pessoas”; “uma sensibilidade para a inviolabilidade do indivíduo e de sua consciência; um sentimento para o valor da comunidade humana”; “o conhecimento de que poder não é idêntico a direito, que o poder humano não pode se satisfazer consigo mesmo e que não é absoluto”; “a fé de que o amor, a compaixão, o desprendimento e a força do espírito e da veracidade interna, em último caso, têm mais poder do que o ódio, a inimizade e o interesse próprio”; “a sensibilidade para a responsabilidade, para estar do lado dos pobres e oprimidos contra os ricos e os opressores”; e, por último, “a profunda esperança de que, por fim, a boa vontade há de vencer” (cf. Cf. H. Küng, *Projekt Weltethos*, München, 1990; tradução portuguesa: Projeto de Ética Mundial, São Paulo, Paulinas, 1998, pp. 94-95.108).

³ Esse consenso fundamental mínimo supõe algumas regras: 1) “a paz interna, que pressupõe a concordância de que se pode resolver conflitos sociais de uma forma não violenta”; 2) “uma ordem econômica e uma ordem jurídica, que pressupõem a concordância no desejo de orientar-se por determinadas ordenanças e leis”; e 3) “instituições que sustentem estas ordens, que pressupõem o desejo de, pelo menos silenciosamente, concordar sempre de novo com elas, apesar de suas constantes transformações” (cf. H. Küng, *Op. cit.*, pp. 48-49).

⁴ Cf. *ibid.*, p. 70.

⁵ *Ibid.*, p. 73.

¹ Doutorando em Teologia / PUC-RJ.

mesmo à guisa de respeito pela posição do outro. É preciso antes esperar que o outro, por princípio, considere o seu caminho como um caminho igualmente válido. É preciso haver, de forma dinâmica, uma firmeza de posição, mas em uma atitude de abertura: o diálogo não se destina a destruir a fé que se tem, mas a enriquecê-la. A disposição para o *diálogo* precisa ser, de fato, autêntica disposição para a paz. Desta forma, as religiões não podem ser omissas no seu papel singular de promotoras da paz.

No mês de outubro de 1999, realizou-se no Vaticano uma Assembleia inter-religiosa, que fez parte das preparações para a abertura do Grande Jubileu do Ano 2000. Essa Assembleia contou com a participação de cerca de 200 representantes de umas 20 tradições religiosas, provenientes de 21 países. Na Mensagem final, os participantes apontaram a educação como a chave para promover a harmonia inter-religiosa, através do respeito pelas diferentes tradições religiosas; afirmaram ainda a importância da educação para promover a compreensão, a cooperação e o respeito mútuo; e indicaram também os meios para tal educação: o apoio à família, a ajuda para a formação da consciência dos jovens, a difusão de uma informação objetiva sobre as religiões, sobretudo através dos livros de educação religiosa, a revisão dos manuais de ensino da História e, por fim, o respeito pelas religiões por parte dos meios de comunicação social, para que cada grupo se possa reconhecer na imagem que dele se projeta⁶.

No que tange ao caso particular do diálogo judeu-cristão, esses dois grupos, tendo por apoio os seus preceitos religiosos e morais, têm muito que oferecer ao mundo de hoje: Claude Geffré, pensador e teólogo francês, tem enfatizado que a dupla Israel-Igreja constitui uma realidade irredutível⁷. De fato, adoram o mesmo Deus, que professam Um e Único; os mandamentos judaicos e cristãos têm todo um apelo moral comum na conduta do homem diante de Deus, do seu semelhante e diante da obra da criação, do qual o homem é constituído como o administrador. E ainda judeus e cristãos não apenas podem promover um diálogo para a paz, como podem também anunciar ao mundo de hoje, o projeto original de Deus quanto à meta escatológico-salvífica, que aponta para o arremate desta história humana, com

uma promessa de vida eterna que transcende os umbrais da morte. Ou seja, este mundo não tem a última palavra sobre o destino final do homem; mas esta palavra está contida nas promessas reveladas por Deus àqueles homens e mulheres inspirados por Seu Espírito e que encham de viva esperança a todos aqueles que dão uma resposta positiva aos ditames da Lei de Deus, inscritos no recôndito da consciência de cada qual.

O diálogo judaico-cristão em nosso país, em particular aqui no Rio de Janeiro, tem demonstrado possuir essa consciência da necessidade da educação para o diálogo, como meio de preparação para o empreendimento desse trabalho comum. Essa educação para o diálogo, diz respeito não somente às crianças e aos jovens como também aos adultos, pois essa aprendizagem precisa ser contínua.

É hora, pois, de judeus e cristãos, na superação de divisões e rupturas do passado, trabalharmos juntos, honrando, cada qual, a partir de sua própria expressão de fé, o chamado *de Deus à construção daquele estado de paz e de justiça mais digno de quem anseia* e espera pela concretização em plenitude do Reino de Deus.

⁶ Cf. E Card. Arinze, *O dever de todos é educar para o diálogo*, em L'Osservatore Romano (port.), 30 de dezembro de 2000, 5.

⁷ Cf. C. Geffré, *A fé na era do pluralismo religioso*, em E Teixeira, *Diálogo de pássaros*, Nos caminhos do diálogo inter-religioso, São Paulo, Paulinas, 1993, pp. 61-74, aqui p. 64.